

Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal

13-15 de março de 2013
FCSH-UNL
Vol. II

Coordenação: António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula
Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira

Instituto de História Contemporânea



FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Título: Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. II.

Coordenação: António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira

Revisão: Paula Paço

Fotografia da capa: © Centro de Estudos Operários – Memória Laboral

Edição: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

ISBN: 978-972-96844-6-3

Lisboa, Abril de 2016

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/04209/2013.

Índice

Entre <i>memórias dominantes</i> e <i>memórias subterrâneas</i> : os movimentos sociais do período revolucionário através da imprensa	
Luciana Soutelo.....	5
Tradição e mudança? Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e ação coletiva	
Luisa Barbosa Pereira.....	15
Há cravos para as empregadas domésticas? Democracia e serviço doméstico	
Manuel Abrantes.....	31
A história do trabalho hoje: alguns apontamentos sobre um campo em processo de renovação	
Marcelo Badaró Mattos.....	45
A vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes e a função social do Estado burguês	
Maria Augusta Tavares.....	57
Das “reuniões” às “bengaladas”: geografia dos confrontos entre grevistas e forças policiais na transição da Monarquia para a República	
Mariana Castro	68
Os movimentos sociais populares como expressão da luta de classes	
Michelly Ferreira Monteiro Elias e Vinícius Mendes Maia	87
O cinema da revolução ao serviço da luta operária (1974-1975)	
Mickaël Robert-Gonçalves	97
El surgimiento de comisiones de trabajadores y sus coordinadoras en la revolución portuguesa (1974-1976)	
Miguel Ángel Pérez Suárez	108
Memórias e narrativas de militantes associativos: trabalho, cultura e tecnologia	
Nuno Nunes, Inês Pereira e Tiago Carvalho.....	120
O sindicalismo orgânico proposto pelo Integralismo Lusitano e o nacional-sindicalismo	
Nuno Simão Ferreira.....	132
A crise do Estado social português e os impactos para a classe trabalhadora	
Patrícia Soraya Mustafa	146
E quando não se movem? Lides de rotina, entre experiência e expectativa	
Paula Godinho.....	162

A questão das greves dos trabalhadores dos jornais católicos na década de 1920: os casos do <i>Diário do Minho</i> e das <i>Novidades</i>	
Paulo Bruno Alves	180
A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal	
Paulo Marques Alves e Olinda Gama.....	191
<i>Lobbying</i> industrial e (des)regulamentação da actividade mineira – notas a partir de um conflito sócio-ambiental no final da I República	
Pedro Gabriel Silva.....	206
Segurança social, trabalho e Estado em Portugal	
Raquel Varela e Luísa Barbosa Pereira.....	226
<i>Terra Morta</i> : um contributo para a história do trabalho colonial	
Ana Rita Veleza Oliveira	256
Os “fatores subjetivos” da revolução nas vésperas do 25 de Abril	
Rui Bebiano.....	266
O movimento social das e dos trabalhadores do sexo, em Portugal: da mediação das ONG ao associativismo endógeno	
Sara Trindade.....	275
Ciclos de protesto em Portugal numa perspectiva comparada (1974-79 e 2011-2014)	
Sofia Serra da Silva.....	291
A literatura brasileira na gênese do neo-realismo	
Valéria Paiva.....	309
Teatralidade e performatividade na cena de protesto contemporânea dos movimentos sociais portugueses	
Vera Soares	320
Estado Novo e desporto: uma perspectiva jurídico-histórica sobre a questão do profissionalismo	
Artur Flamínio da Silva e Daniela Mirante	336
Resumos/Abstracts.....	349

Os “fatores subjetivos” da revolução nas vésperas do 25 de Abril

Rui Bebiano¹

Na *História da Revolução Francesa*, publicada em 1837, Thomas Carlyle escreveu que “as revoluções são sonhadas por idealistas, realizadas por fanáticos, mas quem delas se aproveita são sempre os oportunistas de todas as espécies”. Manuel António Pina, em artigo saído na revista *Relâmpago* que foi dos últimos que escreveu, recorreu à afirmação de Carlyle para lhe retirar algum do evidente pessimismo, afirmando que “uma verdadeira revolução política, pelo menos antes de se institucionalizar, e sobretudo na fase do ‘sonho’ (...), é também uma poética”². Pode acrescentar-se, por analogia com aquilo que o historiador escocês escrevera, que tal acontece independentemente desses oportunistas encontrados pelo caminho. Esclareço entretanto que o conceito de poética aqui mencionado é o mais amplo e polissémico possível, identificando-se a sua materialização com a capacidade dinâmica para alterar um significado aparentemente estabilizado, conferindo-lhe novos e sucessivos sentidos³. Este é, aliás, um processo que se encontra intimamente ligado à produção dos imaginários, na qual a atribuição e a reatribuição de significados às palavras é vital e funciona como munição essencial da sua capacidade dinâmica. Lacan anotou que “não há nenhuma realidade pré-discursiva”, uma vez que cada instante do real “se funda e se define por meio de um discurso”⁴, e isto aplica-se também à experiência poética como fator de representação e de dinamização do real social.

Dito isto, formulo a pergunta para a qual procurarei ensaiar aqui uma resposta: existiu uma poética revolucionária capaz de alimentar as correntes de militância e de opinião que prepararam no domínio das subjetividades a eclosão da Revolução de Abril, o período de rápida transformação que se lhe seguiu e as intensas lutas sociais que os acompanharam? Pondo o problema de uma outra forma: foram modificados e difundidos conceitos que, sendo

¹ FLUC/CES/CD25Abril.

² Pina, Manuel António (2012). “Poesia e Revolução”. In *Relâmpago*, 29/30, Outubro de 2011/Abril de 2012.

³ Todorov, Tzvetan (1977). *Poétique de la prose*. Paris: Seuil.

⁴ Lacan, Jacques. *Mais, ainda. O Seminário. Livro 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 45.

possuidores de uma significação universal, encontraram no contexto da realidade portuguesa daquele período condições para iniciarem ou prosseguirem o seu próprio caminho, sobrepondo-se ao discurso até então dominante que induzia o desenho de um futuro associado ao derrube do regime salazar-marcelista e ao levantamento revolucionário de uma sociedade desejavelmente nova, vinculada a uma ideia de combate político portadora de uma dimensão utópica? A resposta não pode deixar de ser afirmativa, mas falta ensaiar a sua prova. É isto que, de uma forma obrigatoriamente abreviada, aqui se vai procurar fazer.

Um conjunto de conceitos, expressos em palavras-chave muito precisas, circulava então entre os setores de oposição política e cultural ao regime, cumprindo essa função regeneradora e de mobilização. Muitos deles integravam já o léxico acumulado pela tradição demoliberal, republicana, socialista e comunista, mas adquiriram, em particular na fase terminal do Estado Novo, uma identidade específica que os relacionava com módulos de imaginação de alternativas ao regime e com fatores de transformação da sociedade portuguesa que solicitavam novos significados a palavras antigas. A lista poderia ser bastante maior, mas por motivos de tempo refiro apenas quatro: povo, história, revolução e liberdade. Vou comentar o seu processo de resignificação ao dispor de um programa de alteração da ordem política e social.

O primeiro destes conceitos, assumido como fundamento e destino de toda a luta política, é o de povo. O salazarismo possuía uma forma peculiar de conceber a sua origem e identidade, tomando-os como esteios da nação e de um destino histórico consumado na ordem corporativa, abrangendo o conjunto da sociedade e sendo parte essencial de uma paisagem humana associada a um arquétipo conformista, quieto e isento de conflitos, no quadro daquilo a que Daniel Melo chamou o “nacional-ruralismo”⁵. Nas décadas de 1930-1940, a teoria e a propaganda do Estado Novo empenharam-se em produzir e propagar, inclusive com recurso à “redescoberta” do folclore, a fábula de um povo concebido como ator desse projeto quimérico que, no dizer de Luís Cunha, “mergulha as suas raízes na autenticidade de um viver pré-moderno e numa história formadora do carácter”⁶. Ora foi justamente este entendimento, escorado na persistência de uma visão orgânica acentuadamente interclassista e a-histórica de “povo”, que estimulou a produção do seu oposto por parte dos

⁵ Melo, Daniel (2010). *O Essencial sobre a Cultura Popular no Estado Novo*. Coimbra: Angelus Novus.

⁶ Cunha, Luís (2001). *A Nação nas Malhas da sua Identidade*. Porto: Afrontamento, p. 57.

setores políticos e dos ambientes culturais associados à oposição. Assim, a identificação e a representação do povo nas representações anti-regime reconsideraram aquele padrão de realidade, sugerindo sentidos que permitiam reescrevê-lo no sentido da sua necessária superação.

Se, para o Partido Comunista, na década de 1960, era possível considerar o povo como a “classe dos produtores de facto”, parte integrante de uma comunidade nacional que o transcendia e à qual o associavam alianças de interesses e de objetivos centrais de luta⁷, por via de regra a extrema-esquerda considerava dois universos excludentes, o “bom”, protagonizado pelo “seu” povo (os operários, os camponeses, os mineiros, os pescadores, os estudantes, os empregados ou os segmentos menos conformistas e protegidos da intelectualidade e da pequena-burguesia) e o “mau”, integrando a “pior escória” (os fascistas, os capitalistas, os patrões e os seus homens de mão, chefes, capatazes ou polícias). Após a instauração da democracia, esta identificação do inimigo diante do qual se deveria levantar uma nova e dinâmica realidade social será conservada, embora tenha passado a ser desempenhada por uma entidade mais ampla e abstrata, identificada com “os ricos”, “a burguesia” ou os “inimigos da revolução”, contra os quais o “povo unido” ou a “aliança Povo-MFA” deveriam combater para prosseguir o seu caminho emancipatório rumo a uma sociedade mais justa. Nesta última assentaria, aliás, uma certa ideia de legitimidade revolucionária em curso durante o processo português de transição democrática.

A maior complexidade sociológica que a sociedade portuguesa tomará a partir da década de 1980, associada ao crescimento da classe média e à irrupção das minorias, bem como à estabilização da democracia representativa e à redefinição do discurso dos partidos políticos e da imprensa, alterará profundamente esse modelo dicotómico, mas enquanto este se manteve alimentou um imaginário utópico que reforçou de uma forma indiscutível uma reidentificação do “povo” como principal agente e intérprete da mudança história sob uma perspetiva revolucionária.

A segunda categoria que se destaca é aquela que incorpora o conceito de história. A metamorfose lexical da qual é objeto coloca-na como território no qual, de forma particular, se trava o combate entre o Portugal antigo, que cada vez cada vez mais se ia colocando na defensiva e lutando pela sobrevivência, e

⁷ Neves, José (2010). “Povo, comunismo e autonomia”, In *Como se Faz um Povo*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 209-225.

o Portugal novo, que os últimos anos do regime anunciavam e a revolução definirá como utopia tornada possível. Na fase final do regime, o “combate pela história”, foi particularmente intenso e vivido num processo de visível mudança de paradigma. A conceção académica do seu caminho como disciplina ao dispor de um programa identificado com os chamados “superiores interesses da Nação” foi, aliás, alvo de um intenso combate durante as duas derradeiras décadas do Estado Novo. José Neves aborda com grande detalhe a forma como o entendimento da história enquanto processo, e também como saber, começou a ser posto em causa por um número apreciável de jovens e dinâmicos historiadores, geralmente universitários, quase todos militantes ou *compagnons de route* do Partido Comunista Português, que procuraram romper com uma historiografia voltada para o culto nacional do passado, para a sua contemplação, procurando transformá-la antes em saber capaz de, como escreveu ainda no final da década de 1930 Fernando Piteira Santos, “iluminar a vitalidade do presente”⁸.

Mas existe uma alteração profunda do modelo também na forma como as representações vulgares da história, em particular aquelas que definiam os seus principais sujeitos e intérpretes – os seus atores, os seus heróis, o próprio sentido tomado pelo processo histórico, particularmente aquele incorporado na definição implícita na metanarrativa marxista – foram sendo definidas, tanto na imprensa partidária clandestina como em boa parte dos jornais e da produção editorial destinados ao grande público. A esquerda mais extrema, em particular, procurou impor uma perspetiva indiscutivelmente determinista, anotando os seus programas e as suas metas como resultantes de uma inevitabilidade histórica, pautada pela intervenção da luta de classes, que contrariava por inteiro a visão da história como espaço de afirmação da nação, tal qual fora imposta durante o regime salazarista pela conceptualização neste domínio dominante.

Será no entanto logo após o 25 de Abril que, sob novas condições, tal combate transbordou para o domínio público, com uma rápida tentativa de legitimação das transformações em curso como parte do caminho de um tempo em devir que o processo revolucionário consubstanciava e ao mesmo tempo acelerava. Como pode ser abundantemente demonstrado pela documentação, a história, enquanto processo e como exemplo, foi então utilizada para legitimar as duas grandes escolhas postas em marcha e quase se mostravam decisivas para a transformação de Portugal: a primeira foi a descolonização, proposta,

⁸ Neves, José (2008). *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 305.

como processo a aplicar sem entraves e com sentido de urgência, desde logo pelo programa do MFA; a segunda foi a opção por uma revolução genericamente identificada como de teor socialista. Ocorreu aqui, porém, uma inversão da história em relação à que fora oficial, mas não uma redefinição de sentidos. Na verdade, e talvez surpreendentemente, até foram os setores políticos intermédios, arautos do demoliberalismo que saiu vencedor com os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, que legitimarem as suas escolhas como estando associadas não a uma continuidade histórica, nem a uma qualquer forma de determinismo, mas antes a uma ideia de rutura com o passado, o que foi particularmente traduzido no assumir da opção política europeia.

A “revolução”, como terceira categoria aqui abordada, encontra-se associada a esta apropriação. Uma vez mais, a mudança de sentido enquadra-se no processo misto de afirmação e de contestação do regime derrubado em 1974. Ao ideal imponente de uma “Revolução Nacional”, proposto pelo salazarismo na sua fase de instalação, afirmação e conquista de razoável apoio social, surgiu de início, como fator de oposição, o chamado “reviralhismo”, enquanto atividade política pró-insurreccional desenvolvida sensivelmente entre os anos de 1926 e 1940 pela oposição republicana, democrática e liberal. Este tinha, todavia, mais um objetivo de retorno à legalidade republicana que o 28 de Maio de 1926 pusera em cheque do que a intenção de propor uma rutura radical com a ordem instituída e o lançamento de uma outra, inteiramente nova. A defesa declarada do rompimento com a ordem constitucional do Estado Novo irá surgir como inevitável após a falência da abertura prometida logo após o termo da Segunda Guerra Mundial, em manobra que rapidamente se revelou de natureza meramente tática. Será dessa fase e do tempo de repressão e crise social interna que uma boa parte da oposição política viveu a partir dessa altura e por mais de uma década que emergirão os três grandes conceitos de revolução que, no plano programático ou da experiência, de um modo nem sempre rigorosamente distinto, se definiram na fase derradeira do regime.

O primeiro foi o de “revolução democrática e nacional” proposto por Álvaro Cunhal no seu relatório denominado *Rumo à Vitória*, apresentado ao Comité Central do PCP, em Abril de 1964, com vista à preparação do VI Congresso do Partido, que viria a ter lugar no ano seguinte. Eram oito os seus objetivos fundamentais: “instaurar as liberdades democráticas destruindo o Estado fascista e instaurando um regime democrático, liquidar o poder dos monopólios, realizar a reforma agrária, realizar uma política social que garanta

a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, democratizar a instrução e a cultura, libertar Portugal do domínio imperialista, reconhecer e assegurar aos povos das colónias o direito à autodeterminação e à independência, adotar uma política de paz e amizade com todos os povos”⁹. Ela constituiria uma etapa da futura revolução socialista, com a qual não deveria no entanto ser confundida, determinando, no essencial, a orientação tática que o partido, com pequenas *nuances*, viria a manter pelo menos até ao 25 de Abril.

O seu carácter, julgado como “reformista” e de recusa da luta armada, viria aliás a estar na origem da cisão que determinaria a criação, em 1964, do Comité Marxista-Leninista Português, primeira organização maoista (ou pró-chinesa) portuguesa cujo principal responsável, Francisco Martins Rodrigues, em texto publicado no primeiro número do boletim da organização, significativamente designado *Revolução Popular*, lhe contrapôs, como alternativa, uma estratégia menos interclassista e inequivocamente associada à insurreição armada, enquanto via única para unir a queda do regime à instauração de uma futura ordem socialista¹⁰. Segundo o modelo de uma “revolução democrático-popular”, assente num movimento de massas orientado para a tomada do poder, o derrube do capitalismo e a instauração de um regime sem cedências aos interesses da burguesia autóctone. Com algumas variantes, esta seria no essencial, enquanto segundo entendimento do conceito de revolução, a tese defendida pela generalidade da esquerda radical, ou extrema-esquerda, distanciando-se neste particular do Partido Comunista enquanto ia disseminando junto dos setores minoritários mas muito ativos que influenciava uma noção da imprescindibilidade da revolução como uma iniciativa insurrecional e popular que de modo algum poderia ter o consenso como ponto de partida.

A terceira perspetiva da revolução tem sido menos encarada e diz respeito ao que, de um modo algo forçado, talvez um pouco simplificado mas não de todo isento de sentido, podemos chamar de “revolução contracultural”. As rápidas e acentuadas transformações no domínio social, estético, ético, filosófico e vivencial que tiveram curso no período a que o historiador britânico Arthur Marwick chamou os “longos anos sessenta” tiveram uma dimensão verdadeiramente global e de modo algum passaram ao lado de Portugal. Bem

⁹ Cunhal, Álvaro (1964). “Rumo à Vitória. As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional”, in *Obras escolhidas. 1964-1966*. Vol. III. Lisboa: Edições Avante!, pp. 212-214.

¹⁰ Rodrigues, Francisco Martins (1963). *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*. S. I.: Edições do Partido.

pelo contrário, como tem sido demonstrado¹¹. A contraposição, face à ideia de um tempo imóvel, pontuado por esse “doce viver habitualmente” do qual um dia falara Salazar, de um novo ritmo de mudança acentuado pela concentração urbana, pelo turismo e pela emigração, associados a transformações nos consumos e nas expectativas políticas e culturais de um número crescente de estudantes universitários, de intelectuais, de profissionais liberais – onde as mulheres começavam aliás a deter uma quota de participação cada vez maior – definiam expectativas que, confrontadas com o imobilismo imposto pelo regime, propiciavam também estados de desafetação que proporcionavam a inscrição de um certo ideal de revolução no horizonte do quotidiano. Este aspeto encontra-se ainda por estudar de uma forma criteriosa, mas podemos dizer que ele se articulou com a construção de um ambiente de contestação da ordem do Estado Novo que foi erguido, em boa parte, de um modo paralelo à atividade da oposição política organizada, ampliando ao mesmo tempo as condições de recetividade face a um processo de transformação que pudesse perturbar a ordem do sistema. Tal como aquilo que ocorreu a 25 de Abril e durante o período revolucionário que se lhe seguiu, com uma rápida aceitação dos processos de mudança incorporados por setores até aí considerados despolitizados pelas organizações de oposição ao regime, demonstra cabalmente.

A “liberdade”, a quarta e última categoria aqui invocada, viveu também um processo de mudança de sentido com incidências peculiares. Quando em 1974 a cantora Ermelinda Duarte tornava popular a canção *Somos Livres*, falando de “uma gaivota” que “voava, voava” como uma analogia sobre o fim da censura e da repressão policial que o 25 de Abril trouxera, revelava um estado de espírito sobre o conceito que podemos definir como de transição para a nova realidade de direitos democráticos que, de uma forma menos ingénua, a Constituição de 1976 viria a consignar na lei. Palavra mal querida pelo salazarismo, que a associava sempre aos tempos “nefastos”, a seu ver feitos de excessos, desordem e ausência de autoridade da revolução liberal e da Primeira República, deu corpo desde o início a uma das principais bandeiras da luta contra a ditadura. Só que a liberdade proclamada por uma boa parte da oposição dizia essencialmente respeito à intervenção pública no campo político: a liberdade de opinião e de expressão, a liberdade de associação, a liberdade de eleger e ser eleito. Uma condição capacidade insuficiente que era, por isso

¹¹ Bebiano, Rui (2003). *O Poder da Imaginação*. Coimbra: Angelus Novus.

mesmo, minimizada na fase que antecede o fim do regime pela extrema-esquerda. No recente *As Armas de Papel*, inventário da imprensa clandestina da esquerda radical saída nos dez anos que antecederam Abril, José Pacheco Pereira mostra que o conceito era tão pouco importante para aquela área política que se encontrava quase totalmente ausente das páginas das 160 publicações que analisa¹². A “liberdade a sério”, como proclamava uma canção de Sérgio Godinho editada em 1975, afinal só existiria, para este setor, quando houvesse “a paz, o pão, habitação, saúde, educação”, e também a “liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir”. Uma ideia mais vívida e rica de liberdade ficara confinada, nos derradeiros anos do regime velho, principalmente aos ambientes associados ao universo de produção e consumo da criação artística e literária, e só tomou verdadeiramente forma quando, com a revolução e o termo da censura e da repressão, com a ampliação dos direitos dos cidadãos, foi possível experimentar todas as possibilidades que oferecia.

Algumas palavras finais. As abordagens mais inflexíveis do materialismo histórico tenderam, no passado, a enfatizar o papel dos “fatores objectivos” na explicação da mudança social e política e na organização do futuro. Tal significou muitas vezes, como apontaram os teóricos do marxismo crítico, uma sobrevalorização do universo material, contrapondo-o àquele outro, construído no plano da subjetividade, que sendo desejável e modelar seria também inatingível. Todavia, se nos processos de transformação revolucionária, a presença e a importância das “condições objectivas” teve sempre um destacado papel no domínio prático e no plano da doutrina, a construção e a formulação dos “fatores subjetivos” permaneceu essencialmente associada aos processos de mobilização da participação individual e da vontade coletiva. Aquilo que aqui procurei mostrar, num tom ensaístico que se articula com uma investigação apenas iniciada, foi que um conjunto de conceitos que, no domínio da subjetividade, possibilitaram a agregação de vontades para a construção militante da oposição ao Estado Novo na sua fase derradeira, serviu para construir uma “poética revolucionária” vinculada à construção e à afirmação de um país que durante o nosso período revolucionário muitos portugueses desejaram inteiramente novo. Seguindo um processo no qual até as palavras ligadas aos aspetos mais essenciais da vida social e da experiência da cidadania

¹² Pereira, José Pacheco (2013), *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa: Temas & Debates – Círculo de Leitores. Ver também Cordeiro, José Manuel Lopes (2014). *A Imprensa Clandestina e do Exílio no Período 1926-1974*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho.

servissem para produzir o novo. Isto é, mudando as palavras enquanto se mudava o país. Pois de palavras também se fez essa revolução incompleta que, apesar dos recentes ataques dos seus inimigos póstumos, permanece como matriz de uma ordem política constitucional, democrática, garante do direito ao bem-estar e à felicidade, que um dia foi possível vislumbrar coletivamente como um desejo por cumprir e para cumprir.

Bibliografia

- Bebiano, Rui (2003). *O Poder da Imaginação*. Coimbra: Angelus Novus.
- Cordeiro, José Manuel Lopes (2014). *A Imprensa Clandestina e do Exílio no Período 1926-1974*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho.
- Cunha, Luís (2001). *A Nação nas Malhas da sua Identidade*. Porto: Afrontamento, p. 57.
- Cunhal, Álvaro (1964). “Rumo à Vitória. As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional”, in *Obras escolhidas. 1964-1966*. Vol. III. Lisboa: Edições Avante!, pp. 212-214.
- Lacan, Jacques (1985). *Mais, ainda. O Seminário. Livro 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Melo, Daniel (2010). *O Essencial sobre a Cultura Popular no Estado Novo*. Coimbra: Angelus Novus, 2010.
- Neves, José (2010). “Povo, comunismo e autonomia”, in *Como se Faz um Povo*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 209-225.
- Neves, José (2008). *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China, 2008, p. 305.
- Pereira, José Pacheco (2013), *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa: Temas & Debates – Círculo de Leitores.
- Pina, Manuel António (2012). “Poesia e Revolução”. In *Relâmpago*, 29/30, Outubro de 2011/Abril de 2012.
- Rodrigues, Francisco Martins (1963). *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*. S. l.: Edições do Partido.
- Todorov, Tzvetan (1977). *Poétique de la prose*. Paris: Seuil.